

**SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO PARA  
PROVIMENTO DE VAGAS EXISTENTES E QUE VIEREM A SURTIR NO PRAZO DE  
VALIDADE DESTA SELEÇÃO NA COMARCA DE BOCAIUVA**

**EDITAL N.º 01/2019**

A Excelentíssima Senhora Juíza de Direito, Dra. Sônia Maria Fernandes Marques, Diretora do Foro da Comarca de Bocaiuva, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 13, III da Portaria-Conjunta n.º 297, de 05 de julho de 2013, do presidente e do 2º vice-presidente Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, torna pública a abertura de inscrições para a seleção pública para provimento de vagas que vierem a surgir, no prazo de validade desta seleção de estagiários do curso de graduação em Direito, na Comarca de Bocaiuva, do Estado de Minas Gerais, nos termos deste Edital.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 Poderão participar da seleção pública estudantes dos cursos de graduação em Direito, nos termos da Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008 e da Portaria-Conjunta n.º 297, de 05 de julho de 2013, do presidente e do 2º vice-presidente Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG.

1.2 A seleção pública será executada e acompanhada pela comissão de concurso que é formada pelo Dr. Daniel Leite Chaves, Juiz de Direito titular da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial Cível e Criminal e Dra. Sônia Maria Fernandes Marques, Juíza titular da 2ª Vara Cível, Criminal e de Infância e Juventude e em substituição na 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Bocaiuva/MG.

1.3 A carga horária para a realização do estágio é de 30 (trinta) horas semanais, com jornada diária de 6 (seis) horas, no período vespertino.

1.4 O estagiário fará *jus* ao recebimento de bolsa de estágio que, atualmente, possui o valor de R\$ 1.047,00 (um mil, quarenta e sete reais) e, também, de auxílio-transporte, em pecúnia, em quantia equivalente a 10% (dez por cento) do valor da bolsa de estágio, num total de R\$1.151,70 (um mil, cento e cinquenta e um reais e setenta centavos).

1.5 A participação na presente seleção pública é aberta aos estudantes do curso de Direito interessados que cursam do 5º ao 8º período do curso, **ficando vedada a contratação de estagiários matriculados antes do 5º período e que já estejam cursando o 9º período**, sendo

que a admissão do candidato aprovado está condicionada ao cumprimento de requisitos quanto a período acadêmico mínimo e máximo para ingresso e à comprovação da regularidade documental do convocado. O estágio terá duração mínima de 01(um) ano.

## **2. DAS VAGAS E DOS CURSOS**

2.2 A seleção pública é destinada ao provimento das vagas que surgirem durante o período de validade da seleção.

## **3. DAS INSCRIÇÕES**

3.1 As inscrições serão realizadas no período de **26 de MARÇO a 16 de ABRIL de 2019, das 12 às 18 horas (horário de Brasília), no Edifício do Fórum Doutor José Maria Alkimim, localizado na Rua Domingos Ferreira Pimenta, nº. 138, Centro, Bocaiuva, CEP 39.390-000.**

3.1.1. O estudante deverá comparecer ao local da inscrição munido dos seguintes documentos originais:

- a) carteira de identidade;
- b) CPF;
- c) comprovante de matrícula;
- d) certidão de antecedentes criminais da Comarca de Bocaiuva;

3.2 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea, nem por via postal, fax ou correio eletrônico, ou outro meio que não o estabelecido neste Edital.

3.4 Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

3.5 No ato da inscrição, os candidatos que possuírem certificado de tempo de atividade como conciliador voluntário do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais deverão apresentá-lo.

3.6 No ato da inscrição, o candidato deverá indicar o turno em que poderá prestar o estágio, ficando ciente de que esta indicação não obriga o Tribunal de Justiça a convocar exclusivamente para a vaga existente no turno indicado.

## **4. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS:**

4.1 Os candidatos com deficiência, inscritos nesta modalidade, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo inciso VIII do artigo 37 da Constituição da República, de 1988, bem como pelo artigo 37, do Decreto Federal n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e alterações posteriores, que regulamenta a Lei n.º 7.853, 14 de outubro de 1989, e pela Lei

Estadual n.º 11.867, 28 de julho de 1995, é assegurado o direito de concorrer às vagas reservadas, conforme estabelecido neste Edital.

4.2 Nos termos da Lei Estadual n.º 11.867, de julho de 1995, 10% (dez por cento) das vagas existentes e das que vierem a surgir ou que forem criadas, dentro do prazo de validade deste certame serão reservadas aos candidatos portadores de deficiência aprovados na Seleção Pública regida por este Edital, desde que obtenham a pontuação mínima de 60% da prova.

4.3 O percentual de vagas para os candidatos inscritos como portadores de deficiência será sempre arredondado quando resultar de um número fracionário, sendo que, se este for uma fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), o arredondamento será feito para o número inteiro subsequente; e, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos), para o número inteiro anterior.

4.4 Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá declarar-se com deficiência, no momento da inscrição.

4.5 O candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos, de acordo com a legislação aplicável e o previsto neste edital.

4.6 Para fins de identificação da deficiência, adotar-se-á a definição contida no art. 4º do Decreto Federal n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei n.º 7.853, de 14 de outubro de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, bem como a Súmula 377 do STJ.

4.7 Caso não existam candidatos com deficiência classificados em número suficiente para preenchimento das vagas, serão convocados estudantes da lista geral.

4.8 Os estudantes com deficiência que necessitam de condição especial para a realização da prova deverão solicitar a referida condição quando da inscrição.

4.9 O candidato que por alguma razão necessitar de condições especiais para a realização das provas, deverá declarar esta condição no ato da inscrição, mediante requerimento por escrito, datado e assinado, indicando as condições de que necessita para a realização das provas, e as razões de sua solicitação.

4.10 A concessão das condições diferenciadas fica condicionada à possibilidade técnica de atendimento examinada pela Direção do Foro.

4.11 A não solicitação de condições especiais para a realização da prova, conforme disposto neste Edital, implicará a não concessão destas ao candidato, não lhe cabendo qualquer reivindicação a esse respeito no dia da prova ou posteriormente, seja qual for o motivo alegado.



4.12 Os candidatos aprovados na seleção pública que se declararam deficientes deverão apresentar, quando da contratação, atestado médico original que tenha sido expedido em, no máximo, noventa dias a contar da data de entrega, no qual conste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao CID.

4.13 A critério do TJMG, quando da admissão, o candidato deficiente poderá ser submetido à perícia médica oficial, a ser realizada pela Gerência de Saúde no Trabalho – GERSAT.

4.13.1 A critério da Direção do Foro, poderão ser convocados magistrados e/ou servidores, lotados no setor ou órgão que receberá o estagiário deficiente, para compor comissão multidisciplinar.

4.13.1.1 Caberá à Comissão Multidisciplinar a análise da compatibilidade da deficiência com as atividades de estagiário.

4.13.2 O candidato, que se declarou deficiente quando da inscrição, mas que após a análise do atestado médico e/ou da perícia médica não foi considerado deficiente será excluído da respectiva lista de classificação, passando a figurar apenas na lista geral.

4.13.3 O candidato com deficiência que for reprovado na perícia em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atividades previstas para a vaga oferecida permanecerá na lista até eventual surgimento de vaga compatível com sua deficiência, observado o prazo de validade da seleção pública.

4.13.3.1. Constatada a incompatibilidade da deficiência com qualquer vaga de estágio oferecida pelo Tribunal de Justiça, o candidato será excluído das listas de classificação.

## **5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A INSCRIÇÃO**

5.1 O TJMG exime-se de responsabilidade sobre quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, inexatas ou incompletas fornecidas pelo candidato na Ficha de Inscrição.

5.2 A Ficha de Inscrição é intransferível.

## **6. DA SELEÇÃO**

6.1 A seleção pública será composta de uma prova com 2 (duas) questões dissertativas, cada uma valendo 15 (quinze) pontos e 10 (dez) questões objetivas, cada uma valendo 01 (um) ponto (totalizando a prova objetiva 10 pontos). Além disso, serão atribuídos 10 (dez) pontos ao domínio da Língua Portuguesa. Dessa forma, distribuído o **valor total de 50 (cinquenta) pontos.**

AVALIAÇÃO	NÚMERO DE QUESTOES	PESO	PONTOS DISTRIBUÍDOS
PROVA OBJETIVA	10	01 PONTO	10
PROVA DISSERTATIVA	02	15 PONTOS CADA QUESTÃO	30
AVALIAÇÃO LÍNGUA PORTUGUESA	_____	_____	10
TOTAL DA AVALIAÇÃO	_____	_____	<b>50</b>

6.1.1 A prova versará sobre temas de Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal e Direito Processual Penal, segundo o conteúdo programático constante do ANEXO I, e também será avaliado o uso e domínio da língua portuguesa.

6.1.2 Cada questão poderá mesclar mais de uma das disciplinas constantes do ANEXO I;

6.2 A prova ocorrerá no dia **23 de ABRIL de 2019, às 8hs (oito horas), no Salão do Júri do Fórum Dr. José Maria Alkimin, Comarca de Bocaiuva, e terá duração de 04 (quatro) horas.**

6.2.1 O tempo de duração das provas abrange também a transcrição das respostas para a Folha de Respostas.

6.2.2 Em nenhuma hipótese haverá prorrogação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste Edital.

6.2.3 Em nenhuma hipótese será permitido ao candidato prestar as provas fora da data, do horário estabelecido ou do local determinado.

6.3 Os candidatos deverão comparecer ao local designado para a realização das provas com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário fixado para o seu início.

6.3.1 O candidato deverá comparecer munido de caneta esferográfica de tinta azul e do comprovante de inscrição.

6.4 Será obrigatória a apresentação de documento de identidade oficial com foto, que permita a identificação segura do candidato e com prazo de validade vigente, para a realização das provas.

6.4.1 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpos de Bombeiros Militares e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens,

conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo com foto).

6.4.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteiras de motorista (modelo sem foto); carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.5 Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para seu início.

6.6 O candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.

6.7 As provas serão realizadas sem qualquer consulta à legislação ou qualquer outro material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de aparelhos eletrônicos (*beep*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *palmtop*, *notebook*, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo *databank*, gravador, *pager* etc.), livros, anotações e similares.

6.8 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não-comparecimento implicará a eliminação automática do candidato.

6.9 Será eliminado o candidato que:

- a) tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes;
- b) desatender o item 6.7, ou estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas a esta Seleção Pública, por qualquer meio, durante a realização da(s) prova(s);
- c) usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;

d) portar arma no local

de realização das provas, ainda que de posse de documento de licença para o respectivo porte;

e) portar, mesmo que desligados ou fizer uso, durante o período de realização das provas, de qualquer equipamento eletrônico ou de instrumentos de comunicação interna ou externa;

f) fizer uso de qualquer material que não seja apenas a legislação desacompanhada de comentários e jurisprudência;

g) deixar de atender as normas contidas nos Cadernos de Provas, na Folha de Respostas e demais orientações expedidas, durante a realização das provas;



h) deixar de entregar a Folha de Respostas das provas objetivas, findo o prazo limite para realização das provas.

i) registrar a identificação em quaisquer das provas, em local diverso do indicado para tal finalidade.

6.10 Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

6.11 O candidato não poderá danificar a Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.

6.12 Será considerada nula a Folha de Respostas que estiver marcada ou escrita a lápis, bem como a que possuir qualquer forma de identificação do candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade.

6.13 O candidato não poderá identificar-se na prova dissertativa, sob pena de eliminação.

6.13 A prova somente poderá ser identificada com o código fornecido pelos fiscais no início do exame.

## **7. DA ATUAÇÃO COMO CONCILIADOR VOLUNTÁRIO**

7.1 À atuação como conciliador voluntário pelo período mínimo de 06 (seis) meses será atribuído 1 ponto.

7.2 O candidato que atuou como conciliador voluntário deverá entregar a declaração no ato da inscrição, nos termos do item 3.5 deste Edital.

## **8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL**

8.1 A nota final será obtida pela nota alcançada na prova, somada com pontuação alcançada em razão da atuação de conciliador voluntário.

8.1.2 A prova terá o valor total de 50 (cinquenta) pontos, sendo atribuídos 10 (dez) pontos com peso de 01 (um) ponto para cada questão objetiva, 30 (trinta) pontos com peso de 15 (quinze) pontos para cada questão dissertativa, e 10 (dez) para o domínio da língua portuguesa.

A avaliação da língua portuguesa somente será realizada nas provas dos candidatos que obtiverem o percentual mínimo do conteúdo jurídico, ou seja, alcançarem 50% (cinquenta por cento) nota da prova objetiva + prova dissertativa (20 pontos).

8.1.3 Somente será considerado aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos pontos do total distribuído na avaliação (obtiverem o **mínimo de 30 pontos** dos 50 pontos distribuídos).

8.2 A classificação será efetuada por ordem decrescente do total de pontos obtidos pelos candidatos.

8.3 Caso haja empate, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

a) tiver idade igual ou superior a 60 anos, conforme art. 27, parágrafo único, da Lei n.º 10.741/2003;

b) obtiver maior pontuação quanto ao domínio da língua portuguesa;

c) obtiver maior pontuação quanto aos temas jurídicos;

d) houver atuado como conciliador perante os Juizados Especiais;

e) maior idade.

8.4 Os classificados serão convocados, durante o prazo de validade da seleção, à medida que surgirem vagas, seguindo-se a ordem de classificação.

8.5 A classificação final será divulgada em duas listas, contendo a primeira a classificação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos com deficiência, e a segunda somente a classificação destes últimos.

8.5.1 A classificação final será divulgada no mural do átrio do Fórum de Bocaiúva.

## **9. DOS RESULTADOS E DOS RECURSOS**

9.1 Caberá interposição de recurso fundamentado dirigido à comissão do concurso contra as seguintes decisões:

a) indeferimento de condição diferenciada;

b) resultado da prova;

c) classificação final, desde que se refira a erro de cálculo da pontuação obtida.

9.2 O prazo para a interposição dos recursos a que se refere o item 9.1 deste Capítulo será de 02 dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação do objeto do recurso.

9.3 Os recursos mencionados no item 9.1 deste Capítulo deverão ser apresentados à Comissão de Concurso em duas vias e deverão ser protocolizados perante a Direção do Foro de Bocaiuva, no horário das 12:00 às 18:00 horas.

9.4 Não serão admitidos recursos não protocolizados na forma do item 9.3, ou fora do prazo.

9.5 A decisão sobre o deferimento ou indeferimento dos recursos a que se refere este Capítulo será divulgada no mural do átrio do Fórum de Bocaiuva.

9.6 A decisão terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.



## **10. DA CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS**

10.1 O preenchimento das vagas existentes e das que vierem a ocorrer até o período de validade da seleção pública será realizado de acordo com a ordem de classificação, considerada a conveniência administrativa.

10.2 Os candidatos com deficiência serão convocados de acordo com a respectiva lista de classificação, observado o disposto no Capítulo 4 deste Edital, ressalvada a hipótese de melhor classificação na lista geral de candidatos.

10.3 A convocação para o preenchimento das vagas de estágio na Comarca de Bocaiuva será realizada mediante contato telefônico e envio de e-mail.

10.3.1 Serão considerados para convocação os telefones e e-mail registrados pelo estudante quando da inscrição, sendo de responsabilidade do candidato manter sempre atualizados os dados.

10.4 Todas as tentativas de contato por telefone e por e-mail com os candidatos serão registradas pela Direção do Foro.

10.5 Caso a jornada de estágio seja incompatível com o horário de atividade escolar ou a vaga de estágio exija período superior ao cursado pelo estudante, o candidato permanecerá na lista de classificação até o surgimento de vaga compatível, observado o prazo de validade da seleção pública.

10.6 Será remanejado para o final da lista de aprovados o candidato que:

- a) não se encontrar regularmente matriculado, no momento da admissão, no período mínimo exigido para o estágio;
- b) não for localizado em razão de tentativas fracassadas de contato por endereço eletrônico e telefone.
- c) requerer seu remanejamento para o final da lista de classificação.
- d) após ser convocado, não comparecer com a documentação solicitada no prazo de 5 dias úteis.
- e) recusar a vaga oferecida.

10.6.1 Os candidatos serão remanejados para o fim da lista de aprovados uma única vez.

10.7 O candidato que desistir formalmente do estágio será excluído da lista de classificação.

10.9 Aceita a vaga para a qual foi convocado, o candidato aprovado terá 05 (cinco) dias úteis para providenciar e apresentar a documentação necessária para o ingresso nas atividades de estágio, a saber:



- a) cópia da carteira de identidade e do CPF do estudante;
- b) declaração original da instituição de ensino superior, contendo informação sobre a matrícula, a frequência regular e o período cursado;
- c) declaração do estudante indicando agência e conta corrente, em estabelecimento bancário definido pelo TJMG, para depósito dos valores relativos à bolsa de estágio e ao auxílio-transporte;
- d) declaração do estudante informando se é parente, até o terceiro grau, inclusive, de magistrado do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ou de servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
- e) em se tratando de estudante deficiente, atestado médico original de que conste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao CID, expedido em até noventa dias antes da data de sua entrega.

10.10 Será eliminado da seleção pública o candidato que se recusar a observar as condições estipuladas pelo TJMG.

10.11 Durante o período de validade da seleção pública, o candidato aprovado deverá manter seus dados cadastrais (*e-mail*, telefone, endereço, horários disponíveis para realização do estágio, etc) atualizados junto à Direção do Foro, sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização dos dados pessoais.

## **11. DA CONDIÇÃO PARA INÍCIO DAS ATIVIDADES**

11.1 O candidato aprovado na seleção pública e convocado para preencher a vaga ingressará no Programa de Estágio do TJMG por meio de celebração de Termo de Compromisso de Estágio, no qual estarão estabelecidas as condições para a realização do estágio, nos termos da Portaria-Conjunta n.º 297/2013 do presidente e do 2º vice-presidente do TJMG.

## **12. DA VALIDADE DA SELEÇÃO PÚBLICA**

12.1 A seleção pública terá validade de 01 ano a partir da divulgação do resultado, podendo ser prorrogado a critério da Direção do Foro da Comarca.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 - Todas as divulgações oficiais referentes ao concurso serão feitas no mural do átrio do Fórum, e no *site* do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

13.2 É vedada a realização de estágio por estudante que **não se desincompatibilize** de vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados, que seja policial civil ou militar e que seja titular de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal.

13.2.1 Aplica-se à contratação de estagiário no âmbito do TJMG o disposto no Enunciado Administrativo n.º 7, do Conselho Nacional de Justiça, de 21 de junho de 2007.

13.3 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das regras da Seleção Pública, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais comunicados ou instruções específicas para a realização do certame, acerca dos quais não poderá alegar desconhecimento.

13.4 A realização do estágio não estabelece vínculo empregatício do estudante com o TJMG.

13.5 O acompanhamento da divulgação deste Edital e de comunicados relacionados à Seleção Pública é de responsabilidade exclusiva do candidato.

13.6 Não serão aceitas apresentação de documentos ou a interposição de recursos via fax, telex, telegrama, correio eletrônico, ou outro meio não especificado neste Edital.

13.7 Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer recursos ou documentos após as datas e em desacordo com as formas estabelecidas neste Edital.

13.8 Para contagem do prazo de apresentação de documentos e interposição de recursos, excluir-se-á o dia da divulgação e incluir-se-á o último dia do prazo estabelecido neste Edital, desde que dia útil na Comarca, sendo prorrogado, em caso contrário, para o primeiro dia útil subsequente.

13.9 A comprovação da tempestividade da apresentação de documentos e de recursos será feita pela data do protocolo de recebimento.

13.10 Os recursos deverão ser apresentados de uma única vez, não se admitindo complementação, suplementação, inclusão e/ou substituição durante ou após os prazos estabelecidos neste Edital.

13.11 Informações e orientações referentes à Seleção Pública poderão ser obtidas na Direção do Foro, através dos telefones (38)3251-9409 (Direção do Foro) e (38)3251-1309 (Telefonista).

13.12 O resultado final da seleção pública será homologado pelo Juiz Diretor do Foro .

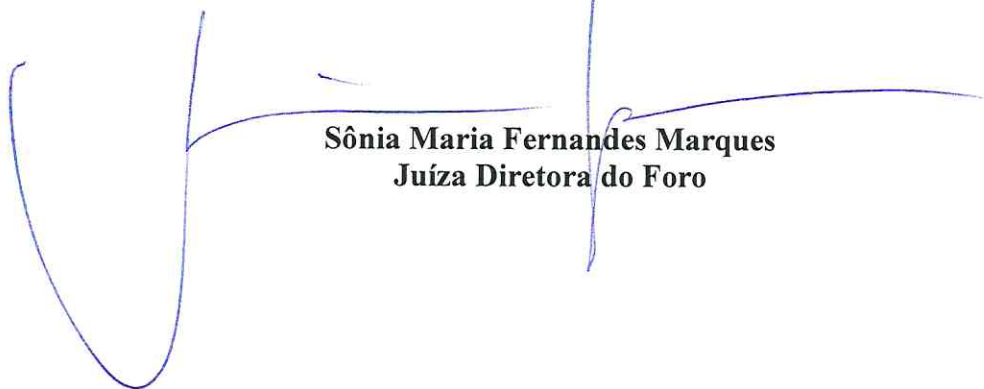


13.13 A constatação, a qualquer tempo, de irregularidade, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração implicará, ainda que homologado o concurso, a anulação da inscrição do candidato, bem como de todos os atos dela decorrentes, incluindo a aprovação e classificação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

13.14 As ocorrências não previstas neste edital e os casos omissos serão resolvidos pela Direção do Foro da Comarca e, em última análise, pelo Superintendente da EJEF.

13.15 Integra este Edital, Anexo correspondente ao Conteúdo Programático.

Bocaiuva, 25 março de de 2019



**Sônia Maria Fernandes Marques**  
**Juíza Diretora do Foro**

## ANEXO I

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. Constituição. Conceito. Objeto. Elementos e classificações. Princípios fundamentais.
2. Poder constituinte originário e derivado. Características. Emendas, reforma e revisão da Constituição.
3. Supremacia da Constituição. Normas Constitucionais. Interpretação, princípios, eficácia. Controle de constitucionalidade.
4. Dos direitos e garantias fundamentais.
5. A tutela constitucional das liberdades. Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Segurança.
6. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigos 1º ao 5º.

#### **DIREITO CIVIL**

1. Lei de Introdução ao Código Civil.
2. Das pessoas. Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Do domicílio. Da desconsideração da personalidade jurídica.
3. Dos bens.
4. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos Atos lícitos e ilícitos. Da prescrição e decadência. Da prova.
5. Do direito das obrigações. Das Modalidades. Da transmissão. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações.
6. Dos contratos e do Código de Defesa do Consumidor.
7. Direito de Família.

#### **DIREITO PENAL**

1. Teoria do Crime

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1. Princípios gerais do direito processual civil.
2. Jurisdição e ação. Conceito, natureza e características. Condições da ação.
3. Processo. Procedimento. Sujeitos, objeto e pressupostos da relação jurídica processual.
4. Petição inicial: requisitos e vícios. Indeferimento e emenda. Pedido: conceito, espécies, interpretação e alteração. Cumulação de pedidos. Antecipação de tutela. Tutela definitiva.
5. Resposta do réu: defesa direta e defesa indireta. Contestação. Exceções processuais. Reconvenção. Revelia. Julgamento conforme o estado do processo.
6. Citação e intimação.
7. Da sentença. Trânsito em julgado.
8. Execução e cumprimento de sentença. Títulos executivos.
9. Assistência judiciária. Juizados Especiais Cíveis (Lei nº9.099, de 26 de setembro de 1995).

#### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

1. Do processo penal em geral. Princípios.
2. Disposições preliminares. Do inquérito policial. Da ação penal.
3. Da prisão e da liberdade provisória.
4. Juizados Especiais Criminais. (Lei nº9.099, de 26 de setembro de 1995).

